

PODER

Nó das emendas no Congresso

Arthur Lira e Rodrigo Pacheco tentam aprovar resolução que dá mais transparência ao chamado "orçamento secreto", em atenção à ordem do Supremo Tribunal Federal. Governo tenta avançar na PEC dos Precatórios

» LUIZ CARLOS AZEDO

Bateu um desespero no Palácio do Planalto em relação à PEC dos Precatórios e à Medida Provisória do Auxílio Brasil, que caduca no dia 7 de dezembro. O gargalo é o Senado, onde enfrenta grande resistência da oposição. Há duas semanas, o líder do Governo na Casa, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), tenta um acordo para votar a PEC dos Precatórios, sem sucesso.

Hoje, uma preliminar deve esquentar o debate sobre a PEC dos Precatórios. O PRN 4/2021 do Congresso Nacional, que cria regras para a destinação de emendas ao Orçamento da União, será votado na Câmara dos Deputados, às 14h, e no Senado, às 16h. A resolução é uma tentativa de liberação das emendas do chamado "orçamento secreto", cuja execução foi suspensa por liminar da ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber, por falta de transparência, decisão depois referendada pelo plenário da Corte.

De comum acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenta uma saída salomônica: garantir transparência apenas para as emendas que ainda não foram pagas, com o argumento de que aquelas que já foram executadas são impossíveis de serem rastreadas.

Estima-se que R\$ 30 bilhões em emendas foram executadas secretamente, sem nenhum controle dos órgãos de fiscalização, para beneficiar a base do governo. O Supremo quer que o Congresso dê transparência às

emendas do "orçamento secreto", mas Pacheco e Lira resolveram confrontar a decisão, com o argumento de que não tem efeito retroativo, ou seja, as emendas já pagas continuarão em sigilo.

Tapa na cara

O relator da matéria, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) tenta mitigar a proposta para conseguir aprová-la. "Não se pode demonizar as emendas de relator, que sempre existiram e continuarão existindo, na minha percepção. Eu defendo que seja estipulado um limite para esses recursos e que sejam fortalecidas as emendas de bancada e de comissões, analisadas por parlamentares que possuem amplo conhecimento sobre os temas específicos e as demandas prioritárias de seus estados", afirma.

O projeto apresentado pelas Mesas do Senado e da Câmara limita o valor das emendas de relator-geral, que passariam a ser direcionadas apenas para políticas públicas previstas em parecer preliminar. Marcelo Castro garante que seu relatório cumprirá à risca a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu as emendas de relator até que o Congresso reveja essa modalidade de despesa. Mas há controvérsias.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), um dos autores do pedido de liminar que barrou as emendas, critica duramente a proposta de Lira e Pacheco. "É um tapa na cara do cidadão." Segundo ele, o projeto não prevê a destinação e permite a manipulação dos recursos sem nenhum controle.

» Impacto em programas sociais

A Comissão Senado do Futuro marcou para hoje, às 9h, uma audiência pública para debater os impactos da PEC dos Precatórios sobre os programas sociais. A reunião atende requerimento do presidente do colegiado, senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Participam do debate a professora da USP e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello e o sociólogo Floriano Pesaro. Também são aguardados representantes do Ministério da Cidadania e da Consultoria Legislativa do Senado. (Agência Senado)

Pedro França/Agência Senado



Bezerra (E) em reunião com José Aníbal e Alessandro Vieira, que sugerem alternativas à PEC dos Precatórios: impasse

O que está em jogo

PEC dos Precatórios

A expectativa do governo é aprovar a PEC dos Precatórios na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado amanhã. A proposta é fundamental para o presidente Jair Bolsonaro, porque cria condições para o pagamento do Auxílio Brasil, por meio da mudança no cálculo do teto de gastos e do novo regime para o pagamento de precatórios. Acontece que vários jabutis foram embarcados no projeto, que não especifica a destinação dos recursos. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo e relator da PEC dos Precatórios ainda tenta um acordo para aprovação, que pode ser a vinculação do espaço fiscal com as despesas na área de assistência social.

Auxílio Brasil

O Auxílio Brasil pode chegar a 20 milhões de famílias, em vez das 14,6 milhões atuais, o que vai "zerar" a fila de candidatos no Cadastro Único. São aproximadamente 50 milhões de pessoas beneficiadas com piso de R\$ 400. Hoje o benefício médio é de R\$ 224,41, contra os R\$ 186,68 do Bolsa Família. O projeto é a aposta

do presidente Jair Bolsonaro para recuperar a popularidade e viabilizar a reeleição. Bezerra avalia que o texto traz regras fiscais que não impactam significativamente o endividamento da União, mas essa não é a opinião dos especialistas.

Dívidas da União

Nos cálculos do governo, as dívidas da União, que hoje representam 80,8% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2021 (em 2020 o PIB foi de R\$ 7,4 trilhões), chegarão a 81%. Sem a PEC, a despesa com precatórios seria de R\$ 89,1 bilhões em 2022, ou 0,95% do PIB projetado para o ano que vem, um aumento de 78,7% em relação ao total pago em 2020 (R\$ 49,9 bilhões) e de 60,2% sobre o valor de 2021 (R\$ 55,6 bilhões). Em 2010 foram pagos R\$ 14,3 bilhões com o cumprimento de sentenças judiciais, ou 0,35% do PIB daquele ano.

Teto de gastos

Uma das mais polêmicas alterações da PEC dos Precatórios é a mudança do cálculo do limite das despesas primárias da União, o chamado teto de gastos, criado em 2016 e

previsto para terminar em 2036, como parte do chamado Novo Regime Fiscal. O Ministério da Economia revisou o cálculo do teto de gastos para 2022 e, pelo novo método, o governo poderá gastar no ano que vem R\$ 106,1 bilhões a mais do que poderia com a legislação atual, incluindo R\$ 43,8 bilhões obtidos com a redução do pagamento dos precatórios.

Mercado

O adiamento do pagamento dos precatórios pelo Executivo deve gerar pendências da ordem de R\$ 1,2 trilhão, em 2036, se as expectativas de inflação do Banco Central (BC) se confirmarem. Mesmo no cenário mais otimista, em números atuais, esse estoque de precatórios não pagos pode chegar a R\$ 348,4 bilhões, o que vai gerar um grande mercado paralelo, no qual esses precatórios serão comprados com deságio para depois serem utilizados na compra de ativos da União e pagamento de dívidas tributárias. Pelas regras atuais, os credores desses precatórios recebem 15% do valor no primeiro ano e o restante nos cinco anos seguintes em parcelas iguais.

GOVERNO

Freitas aposta em concessões para alavancar ferrovias

O governo federal aposta no transporte ferroviário para driblar a alta dos combustíveis e buscar novos estímulos à economia. A fim de atrair investimentos e ampliar o uso das ferrovias, o Ministério da Infraestrutura passou a adotar um novo modelo de concessão mais rápido e menos burocrático.

Trata-se da autorização, instrumento já previsto na legislação brasileira, porém pouco utilizado. Esse modelo tem servido para injetar um novo ânimo no modal ferroviário.

Segundo o ministro Tarcísio de Freitas, a previsão inicial da pasta era de oito pedidos para o novo tipo de concessão. Mas, para surpresa do ministério, já são 35 pedidos de autorização, o que deve representar cerca de 9 mil quilômetros de ferrovias e R\$ 120 bilhões de investimentos.

"É um impulso ferroviário sem precedentes na nossa história", disse Freitas. A expectativa é de que as ferrovias, que representam 20% dos modais brasileiros, dobrem sua presença em 15 anos, passando para 40%. "A gente deve reduzir o custo Brasil na ordem de 30%", acredita Freitas.

Aeroportos

Ainda na seara das concessões e privatizações, o ministro

mantém alta a expectativa em relação aos aeroportos de Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP). "A ponte aérea Rio-São Paulo é a quarta rota mais movimentada do planeta. Teremos os maiores operadores aeroportuários do mundo. Operadores de várias nacionalidades diferentes. Alguns já posicionados no Brasil, outros ainda não. Mas, com certeza, a gente vai trazer muito investimento e muita qualidade para a gestão desses ativos", disse.

Em 21 de setembro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou minuta para novas concessões de terminais aeroportuários administrados pelo governo federal. Esse novo lote compreende 16 aeroportos, dentre eles, Congonhas e Santos Dumont. A minuta ficou disponível para consulta pública durante 45 dias. Após analisar as sugestões, a Anac deve encaminhar o documento ao Tribunal de Contas da União (TCU). Em caso de aprovação, a agência divulgará o edital.

A expectativa do governo é realizar o leilão dos aeroportos em abril de 2022. As empresas vencedoras deverão assumir um investimento de R\$ 8 bilhões, durante os contratos, previstos para vigorar por 30 anos.

José Cruz/Agência Brasil



Carlos França e Tereza Cristina: chefe do Itamaraty reage ao protecionismo europeu



Eu não posso aceitar usar o meio ambiente como uma forma de protecionismo. É ruim para os consumidores e para o fluxo de negócios."

Carlos França, ministro das Relações Exteriores, em entrevista ao Financial Times

França critica ofensiva da UE

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, chamou de "protecionista" a recente proposta da União Europeia (UE) de banir produtos ligados ao desmatamento, segundo entrevista publicada ontem pelo jornal britânico *Financial Times*.

"Eu não posso aceitar usar o meio ambiente como uma forma de protecionismo. É ruim para os consumidores e para o fluxo de negócios", declarou França. "Acho que existe certa miopia por parte da UE", continuou.

A proposta foi feita pela Comissão Europeia no último dia 17 e afeta seis categorias de produtos: soja, carne bovina, óleo de palma, madeira, cacau e café. Seus derivados também estariam incluídos, como couro, chocolate e móveis. De acordo com a proposta, que precisa ser aprovada pelos governos da União Europeia e pelo Parlamento Europeu, as empresas terão de mostrar que as seis commodities foram produzidas de acordo com as leis do país produtor.

Na entrevista ao FT, o ministro

atacou as políticas de subsídios do governo da França para apoiar os pequenos agricultores do país europeu.

"Entendo as razões políticas internas do governo francês. Não é ambientalmente correto que eles deem subsídios à agricultura, porque terra e água são recursos escassos e operá-los de forma ineficiente não é sustentável", observou. "É melhor plantar aqui no Brasil, onde a agricultura é incrivelmente avançada tecnologicamente, do que produzir

na França", comparou.

A ofensiva contra produtos brasileiros ocorre em meio à aprovação do acordo entre Mercosul e União Europeia. As discussões já se arrastam por 20 anos, e o acordo está parado, à espera de ser ratificado pelos países-membros do bloco europeu. Uma das principais objeções, principalmente do governo do francês Emmanuel Macron, é garantir que a aprovação do acordo com um compromisso para impedir o desmatamento no Brasil.